

A crise do futuro

Quando se fala em Educação (com maiúscula), a grande dificuldade é convencer tanto as autoridades como o público em geral de que se trata de processo social que envolve também aspectos econômicos. As vezes, parece impróprio falar em custos na Educação; no entanto, é precisamente por não se ter levado na devida conta o fato de ser o processo educativo investimento de longa maturação, requerendo grande capital e apreciável capital de giro, que o nível educacional no Brasil vem caindo de ano para ano. Seguramente serão poucos os que ainda se recordam de que o ensino ginasial e depois o colegial da rede oficial, no Estado de São Paulo, foi dos melhores do País (para não falar do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro), formando jovens vindos das classes médias baixas ou das classes altas, os quais puderam galgar, depois, posições notáveis na vida profissional e intelectual do Estado e do Brasil. Nessa época — não tão recuada no tempo —, o ensino particular era a exceção, e as escolas confessionais ou leigas que aqui se instalaram tiveram papel decisivo na formação dos estudantes.

A explosão demográfica — ou seria melhor falar em “revolução”, para designar o fenômeno que alterou tudo no Brasil depois dos anos 50? — e o populismo acabaram transformando o ensino, no curso primário, no ginasial ou no colegial (para não falar da universidade), em mero “bico” para os professores, e a escola num passatempo para os jovens. Diante das crises orçamentárias, os governos cortavam primeiro na Educação, cujos resultados eleitorais só apareciam na nomeação de funcionários administrativos de baixo salário e nenhuma qualificação. O investimento sério deixou de ser feito — e o resultado foi que, malgrado o Estado em sua função primordial, a iniciativa privada preencheu os vazios. As escolas leigas e confessionais multiplicaram-se e atingiram um bom padrão de qualidade, em todos os ciclos do ensino básico e no superior.

A inflação e o populismo (até mesmo dos governos do período autoritário) mudaram mais uma vez o quadro: o Estado, que

não dava Educação e não se preocupava com os destinos do País nesse setor de atividades — que é fundamental —, passou a intervir na fixação das mensalidades. Fazendo-o, interfere no nível dos vencimentos dos professores, e agiu de tal forma que, naquele setor, em que a liberdade de resolver problemas emergentes é a coisa mais importante, as mantenedoras (ou os proprietários das escolas), os professores e os alunos não puderam negociar livremente. As mensalidades fixadas de cima para baixo, os salários dos professores arbitrados, os pais dos alunos recusando-se a pagar por aquilo que muitos consideravam obrigação do Estado, todos esses fatores atuaram como bombas de tempo contra a Educação; nesse período, o ensino público continuou relegado ao descaso, os professores sendo remunerados como se fossem trabalhadores não-qualificados, e as escolas continuando sem condições de oferecer um ensino capaz de permitir a ascensão social dos filhos das camadas menos abonadas da população (que passaram a ser o público da rede oficial).

A queda da qualidade do ensino público e o progressivo declínio do privado não se deram do dia para a noite; podiam ser vistos e suas conseqüências previstas. A estreiteza de visão dos últimos governos, preocupados com outras coisas que não a Educação, levou ao estado em que se encontra o ensino hoje, com a vigência do Plano Cruzado.

Pouco depois da edição dos Decretos n.ºs 2.283 e 2.284, alertamos as autoridades para o perigo — o verdadeiro perigo —, para a cultura nacional, que se configurava na esdrúxula decisão de congelar as mensalidades e criar paradigmas para os aumentos de salários dos professores (que nesse setor, segundo depoimentos insuspeitos, acabaram sendo aumentados aquém do que já fora acordado). O que então prevíamos era a queda da qualidade do ensino na parte material e o desestímulo dos professores. Em suma, houve a transformação do ensino em atividade marginal para os professores, desestimulados ao extremo, e em ação eco-

nômica realizada em pura perda para as mantenedoras e proprietários. Oito meses passados, os protestos contra a situação começam a erguer-se, conforme a reportagem que publicamos domingo último.

Que se depreende dela? Que os professores estão deixando o magistério, informados com os baixos salários que estão percebendo; que as mantenedoras e os proprietários buscam soluções nem sempre condignas com a atividade de ensino — como a de solicitar “donativos” — para poder manter o padrão de ensino e remunerar um pouco melhor os professores. A toda essa crise, o Executivo assiste impávido, como se não estivesse em jogo o futuro do País, cujos governantes querem apressar a formação de “cientistas” e desejam ingressar na era tecnológica. Como? Sem estudantes bem formados nos primeiro e segundo ciclos?

A Educação — e a comparação é de uma das vítimas da situação — não pode ser tratada como mercadoria qualquer, se falta hoje, amanhã se repõe, satisfazendo a necessidade do consumidor. Quando o padrão de ensino decai, sua recuperação é difícil — porque com a qualidade do ensino propriamente dito desaparece o apego dos alunos pelas matérias ensinadas, tornam-se inexistentes as normas de respeito à autoridade do professor, os mestres perdem o interesse por seu próprio trabalho. Todos os envolvidos no processo — mantenedoras, proprietários, professores, pais de alunos, estudantes — sabem disso e têm consciência do futuro difícil que se reserva ao Brasil, a persistir por mais tempo essa situação. Todos, menos o governo federal, que continua tratando a Educação como se fosse desodorante.

Ou se revê desde já, com isenção (não discriminando as escolas particulares por serem privadas), a questão do ensino oficial e privado, ou o Brasil chegará à virada do século transformado em país altamente elitizado — em que alguns poucos privilegiados receberam boa educação básica — e incapaz de enfrentar os grandes desafios tecnológicos.